

APRESENTAÇÃO ABIMAQ

Audiência Pública Nº 09/2019

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2019

Expositor: Alberto Machado Neto

A ABIMAQ representa cerca de 7500 empresas fabricantes de máquinas e equipamentos e tem como objetivo principal atuar na melhoria do ambiente de negócios para as empresas do setor que representa.

Dentre os diversos segmentos da economia, o Setor de Óleo e Gás é o que possui maiores investimentos e um dos que oferece melhores oportunidades para a indústria de máquinas e equipamentos. Entretanto, existem diversos obstáculos que dificultam a participação da indústria nacional nas demandas decorrentes.

Várias mudanças estão ocorrendo na legislação e regulamentação envolvidas, mas, no momento ainda há muitos pontos a serem definidos, que deixam a indústria local em desvantagem em relação aos concorrentes internacionais.

Havia esperança em melhorias provenientes de ações no âmbito do PEDEFOR, mas todas estão praticamente paradas. Várias propostas foram trabalhadas longo tempo, inclusive com forte participação da ANP, mas até hoje não resultaram em ações concretas.

Incertezas com o modo que será promovida a abertura comercial, como será conduzida a reforma tributária inibem novos investimentos no setor de máquinas e equipamentos.

O Brasil é um país caro (de baixa competitividade) em termos de custo de capital para investimentos, da legislação tributária e de burocracia e esses são apenas alguns pontos que vão refletir no aproveitamento das demandas geradas pelos blocos exploratórios oferecidos no Leilão da ANP, pois, dependendo das condições contratuais dos respectivos contratos, as empresas brasileiras poderão ter maior ou menor possibilidades de participação.

O ponto fundamental que sempre é comentado pela Abimaq neste e em leilões anteriores diz respeito à Cláusula de Conteúdo Local, cabendo ressaltar que não é uma questão de protecionismo, mas sim de dar oportunidade de participação à indústria local.

Esse ponto é abordado na Cláusula 19 da minuta do contrato ora em consulta pública, e a Abimaq questiona os índices requeridos. Questão já muito discutida com a ANP, demais autoridades e com o mercado.

Os índices colocados para atividade *subsea* e de exploração estão adequados, pois, por exemplo no caso de operações *subsea*, o Brasil já possui uma indústria bem desenvolvida e cobertas pelo Repetro, regime especial que ainda não está regulamentado para os demais fornecedores de máquinas e equipamentos. Além disso o *subsea* brasileiro representa nível de demanda único no mundo, que se iniciou no Brasil e é aqui onde surgem os maiores desafios.

O que preocupa o mercado fornecedor no momento diz respeito aos índices requeridos para as Unidades Estacionárias de Produção-UEPs, onde a participação da indústria é de suma importância para que se tenha o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional, gerando emprego e renda no país. Existem riscos colocados no contrato em análise, principalmente quando se trata de conteúdo local global, que é um conteúdo que não necessariamente implica na inclusão de máquinas e equipamentos. Cabe lembrar que cerca de 50% dos investimentos

em uma plataforma envolvem serviços. Ao exigir de 25% de índice global, tal valor pode ser alcançado sem incluir um único ou equipamento nacional. E é nas fábricas que se gera a maioria de empregos nessa indústria e o Brasil possui um parque instalado invejável em termos internacionais.

Desse modo, o pleito da Abimaq é que os índices sejam aqueles aplicados na Resolução ANP 726/2018 para as Unidades Estacionárias de Produção-UEPs, qual sejam: 40% (quarenta por cento) para Engenharia, 40% (quarenta por cento) para Máquinas e Equipamentos e 40% (quarenta por cento) para Construção, Integração e Montagem.

Outro ponto que pode ser destacado, e está no âmbito da ANP, diz respeito à consequência da cláusula 19.3 que são exigências que a entidade ou concessionária que está participando deve seguir, a saber: deve sempre consultar empresas brasileiras existentes, fazer o mesmo tipo de consulta para a empresa brasileira e a internacional, disponibilizar documentação em língua portuguesa e dar ampla oportunidade de participação.

No passado, ocorreram pleitos de *waiver* onde a empresa não justifica o waiver indicando que houve consultas à fornecedores nacionais sabidamente existentes. Alguns casos importantes foram discutidos amplamente. Algumas empresas fabricantes brasileiras, conhecidas e até mesmo no cadastro da Petrobras, não foram convidadas para participar.

A minuta do contrato não prevê nenhuma consequência para a concessionária que não atender à essa Cláusula.

Outro aspecto a ser considerado, onde houve alguma evolução, mas ainda não há regulamentação, é a participação no desenvolvimento de fornecedores brasileiros nos recursos provenientes da cláusula relativa ao valor de 1% da Participação Especial destinado a pesquisa e desenvolvimento.

Muitos dos itens que são pleiteados para desenvolvimento no Brasil não são visíveis pelas empresas de Petróleo. É importante que se tenha mecanismos para que esse recurso importante de pesquisa chegue ao fornecedor.

Uma melhoria proposta em relação a esse assunto é que o investimento não pare no nível de desenvolvimento, pois de nada adianta desenvolver se não qualificar. As ações devem chegar até a qualificação. É importantíssimo para o desenvolvimento da indústria nacional que o aproveitamento dos recursos que estão sendo feitos aqui e disponibilizados a partir da exploração das nossas reservas reverta para a sociedade. O ponto fundamental é que a concessão de um bem público, que pertence à União e à sociedade, deve gerar benefícios que retornem para a sociedade.

As propostas de alteração contratual apresentadas pela Abimaq buscam atingir o objetivo de retorno dessas contra partidas para a sociedade.